

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP****CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35****NIRE: 3530001003-5****Reunião Ordinária do Conselho Fiscal**

**DATA/HORA E LOCAL:** Aos 15 dias do mês de abril de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal no formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

**PRESENÇA:** Participação dos membros em exercício, conforme descritos: Membros do Conselho Fiscal: Tarcila Peres Santos, Luzia Sarno; Maurício Barutti de Oliveira; Wagner de Campos Rosário, José Lopes Hott Júnior e representando o Escritório de Governança, Aymée Beatriz Di Mônaco, Gerente de Governança e Correição, Paula de Freitas Candido, Coordenadora de Escritório de Governança, que secretariou a reunião e Sandra Marinalva da Silva Soares.

**PARTICIPAÇÃO:** Gláuber Aleixo, Gerente de Controladoria; Eros Tozatti, Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira; Denis Paciani, Gerente de Riscos, Controles e Integridade; Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações; Simone Yumi Matsubara, da Coordenadoria de Apoio Técnico; Priscilla Parada, Superintendente de Estratégia e Governança; Mariana Manzano, Gerente Jurídica; Juliana Pasquini, Coordenadora Jurídica; Kélysta Ferreira, Coordenadora Jurídica; Stéphanie Rise Romboli, Coordenadora Jurídica; Hugo Lourenço, Assessor.

Os Senhores Conselheiros Fiscais receberam a convocação da reunião conjunta e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

**ORDEM DO DIA:****Item 1 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária realizada em 10 de março de 2025**

Após análise da Ata da Reunião Ordinária realizada em 10 de março de 2025, não houve nenhuma observação adicional por parte dos membros do Conselho Fiscal e ata será colocada para assinatura, na plataforma Atlas Governance.

**Item 2 - Ciência da posição econômica e financeira da Companhia (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF) a) Resultados acumulados - até março/2025; b) Posição do Fluxo de Caixa; c) Contas a Receber.**

O Sr. Gláuber Aleixo, Gerente de Controladoria, apresentou ao Conselho Fiscal o relatório executivo de resultados econômico-financeiros acumulados até março de 2025, retomando o modelo padronizado adotado mensalmente no exercício anterior, após o encerramento do relatório anual de 2024.

A receita líquida acumulada no primeiro trimestre de 2025 totalizou [REDACTED], representando leve superação frente ao orçamento do período ([REDACTED]). O lucro líquido acumulado foi de R\$ -12,4 milhões, superior ao prejuízo orçado de R\$ -4,3 milhões, mas inferior à expectativa de recuperação projetada para o início do exercício. Foi destacado que o mês de março teve crescimento significativo da receita líquida, com [REDACTED] faturados, resultado do esforço de negociação junto a clientes. Em janeiro e fevereiro, os valores ficaram próximos a [REDACTED]/mês. O conselheiro José Hott sugeriu a inclusão, nas próximas reuniões, da comparação com os resultados mensais de 2024, para permitir uma análise mais completa de evolução e sazonalidade, sugestão acolhida pelo gerente.

Observou-se crescimento relevante dos títulos vencidos desde dezembro/2024, que registrava [REDACTED], reflexo direto do volume de faturamentos concentrados no fim de 2024, cuja cobrança ainda está em processo, para o valor de [REDACTED], vencidos, em fevereiro. Os principais devedores foram discriminados, com destaque para a Secretaria da Saúde e SEDUC, cujas negociações estão em andamento.

A conselheira Luzia Sarno apontou, com base em auditoria interna da SEDUC, que parte dos atrasos pode decorrer de *delays* entre a emissão e o envio da nota fiscal, especialmente se a contagem do prazo contratual de pagamento iniciar a partir do *recebimento da nota*, e não da sua emissão. A conselheira recomendou uma análise interna sobre a Política de Cobrança, para identificar se há oportunidade de redução do delta entre o aceite e o envio da nota fiscal, impactando positivamente o fluxo de caixa da empresa. A recomendação foi acolhida pelo gerente, que se comprometeu a verificar o procedimento e avaliar a revisão da política, destacando que, em tese, a nota fiscal deveria ser enviada imediatamente após o aceite da prestação do serviço.

O saldo de receitas a faturar fechou março em [REDACTED], número que voltou a crescer após queda registrada em dezembro/2024 ([REDACTED]). O principal volume concentra-se na SGGD (Secretaria de Gestão e Governo Digital), sendo tratados casos de aceites pendentes por

ausência de comprovação de evidências técnicas. A Prodesp tem adotado ação direta, incluindo reuniões semanais com os clientes para resolver pendências. Outro destaque foi a prestação de serviços de coleta biométrica: estão registrados três meses de serviços não faturados, totalizando aproximadamente [REDACTED], embora constem no orçamento. As negociações estão em curso em níveis superiores.

O caixa da companhia, encerrou o exercício de 2024 com [REDACTED] (impulsionado por receita extraordinária do BID e indenizatórios), sofreu redução significativa e fechou março em [REDACTED]. A Prodesp já adotou medidas para postergar pagamentos a fornecedores não críticos, preservando um nível mínimo de caixa, enquanto acelera o recebimento dos valores vencidos. Foi destacado que o reflexo da inadimplência e das dificuldades no faturamento impacta diretamente a liquidez da companhia, exigindo acompanhamento contínuo.

Apesar da receita estar alinhada ao orçamento, os custos dos serviços prestados superaram as previsões em [REDACTED], sendo esse o principal fator para o resultado líquido negativo do trimestre. O fluxo de caixa negativo e os custos ainda altos contrastam com a expectativa orçamentária e demandam ações corretivas.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Posição Econômico e Financeira da Prodesp, até março de 2025 e solicitaram que:

- a) seja incluído nas próximas apresentações os comparativos mensais com os dados de 2024, permitindo análise mais robusta de sazonalidade e desempenho por período.
- b) seja revisado o procedimento de envio de notas fiscais após aceite, especialmente nos contratos com cláusula que condiciona o prazo de pagamento ao recebimento da nota.
- c) seja avaliada a necessidade de revisão da política de cobrança, considerando as cláusulas contratuais, para uniformizar a contagem dos prazos com base em emissão ou recebimento da nota.
- d) seja acompanhada a recuperação dos valores vencidos junto à Saúde e à SEDUC, com relato do avanço nas próximas reuniões.
- e) mantenha o Conselho Fiscal informado sobre o andamento das negociações relacionadas à coleta biométrica, dado o impacto relevante no orçamento e na execução financeira.

### **Item 3 - Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)**

Durante a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, o Gerente de Licitações, senhor Jorge Luiz de Souza, apresentou os resultados referentes aos processos licitatórios conduzidos pela

Companhia no mês de março. Informou que, no referido período, foram finalizados cinco certames, todos eles homologados, dos quais quatro ocorreram na modalidade eletrônica, resultando em uma economia total (“saving”) de ██████████. Destacou que as áreas que mais contribuíram para essa economia foram a Diretoria de Operações (DOP) e a Gerência de Licitações e Aquisições (GLA).

Quanto ao andamento dos processos, comunicou que permanecem 15 licitações em curso, com destaque para cinco processos de contratação de Assistência Técnica Especializada (ATEs), os quais estão em fase final de tramitação e devem seguir para aprovação da Diretoria Executiva (DEX) ainda nesta semana. Ressaltou que, no acumulado do ano (janeiro a março), a Prodesp alcançou um total de ██████████ em economia decorrente dos certames licitatórios, com 19 licitações finalizadas, 17 homologadas e duas fracassadas. Permanecem ainda 15 licitações em andamento e uma suspensão, relacionada ao processo de contratação de seguro de responsabilidade civil, que continua paralisado.

Em termos de modalidades, Jorge apresentou um panorama geral das categorias dos certames em curso e finalizados, assim como a distribuição das economias por diretoria, com detalhamentos mensais e acumulados. Informou ainda que, no mês de março, foi realizada uma licitação presencial referente à reforma do corredor de acesso à cúpula da sede. No que diz respeito aos chamamentos públicos e pré-qualificações, comunicou que três chamamentos seguem em andamento, bem como duas pré-qualificações — uma das quais está passando por reformulação do anexo do edital, com ampliação de escopo.

O gerente aproveitou para informar que sua área vem participando ativamente da reformulação dos fluxos internos dos processos licitatórios. Explicou que, a partir do próximo mês, deverão ser implantados novos procedimentos internos relativos às fases de pesquisa de preços, bem como às etapas internas e externas dos certames, com o objetivo de padronizar e dar maior clareza aos trâmites da área, assegurando continuidade operacional independentemente da rotatividade de pessoal.

Na sequência, a senhora Simone Yumi Matsubara, da Coordenadoria de Apoio Técnico Administrativo, apresentou os dados referentes às contratações por inexigibilidade e às dispensas de licitação realizadas no mês de março. Informou que foram firmados dois contratos por inexigibilidade: o primeiro, um acordo celebrado com o fabricante da tecnologia Dynatrace, que não possui valor monetário direto registrado, uma vez que consiste em um instrumento que assegura à Prodesp desconto sobre os produtos adquiridos. Essa tecnologia é utilizada no monitoramento da infraestrutura da Companhia e também é comercializada junto a clientes por meio de integradores licenciados no Brasil, os quais realizam a operacionalização com valores próprios.

O segundo contrato por inexigibilidade foi o patrocínio da Casa São Paulo no evento internacional SXSW (South by Southwest), realizado em Austin, Texas (EUA), no valor de [REDACTED]. A contratação seguiu os preceitos da Lei nº 13.303/2016, tendo sido observados todos os requisitos legais para esse tipo de patrocínio.

Quanto às compras diretas por dispensa de licitação, Simone informou que foram realizados 20 pedidos de compra, todos com valores inferiores ao limite de [REDACTED], conforme a legislação vigente. O montante total das compras diretas foi de [REDACTED] distribuídos entre as diversas diretorias da Companhia, sendo a Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) a que mais consumiu, especialmente em aquisições de materiais de manutenção e infraestrutura.

Sem outros questionamentos por parte dos conselheiros, o Conselho Fiscal tomou conhecimento dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade e solicitou que:

- a) a partir das próximas reuniões, sejam apresentadas de forma contínua as economias acumuladas por diretoria, assim como o status dos principais contratos licitatórios em andamento.

#### **Item 4 – Ciência sobre a) Declaração de Appetite a Riscos Prodesp Qualitativa; b) Riscos Estratégicos da Prodesp, (atendimento ao conforme Item 5.5 do Planejamento Anual CF)**

Na sequência da pauta, o Sr. Denis Paciani, Gerente de Riscos, Controles e Integridade, apresentou ao Conselho Fiscal a evolução recente da gestão de riscos na Prodesp, especialmente no que se refere à formalização da Declaração de Appetite a Riscos e à identificação dos riscos estratégicos da companhia.

Denis iniciou sua exposição contextualizando o estágio em que se encontrava a estrutura de gestão de riscos da Prodesp há cerca de um ano, descrevendo-a como embrionária. Naquele momento, a empresa contava com um sistema próprio, mas com poucos riscos mapeados e praticamente nenhuma sistematização em relação aos riscos operacionais. Cerca de metade das gerências tinham realizado algum tipo de mapeamento, o que foi considerado insuficiente para a complexidade e os desafios da companhia. Desde então, a área passou por um processo de estruturação e amadurecimento, que culminou na publicação da Política Geral de Gestão de Riscos e no mapeamento de dezessete riscos estratégicos, já aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Esses riscos estratégicos foram construídos a partir do desdobramento do planejamento estratégico da empresa, em parceria com a área de planejamento liderada pela Sra. Priscilla Parada, com apoio técnico da consultoria Brasileiro Interisk e de benchmarks de mercado, como

relatórios da KPMG. A proposta final foi submetida à validação da alta administração e do Conselho de Administração.

O objetivo da apresentação ao Conselho Fiscal foi demonstrar os riscos considerados mais relevantes e estratégicos à Prodesp, cujos impactos podem comprometer diretamente os objetivos corporativos caso se concretizem. Os riscos foram agrupados por áreas temáticas e classificados qualitativamente segundo o apetite a risco da organização, que variou entre muito baixo, baixo, moderado, alto e muito alto, de acordo com o nível de exposição que a companhia está disposta a tolerar.

Durante a apresentação, o Conselheiro Wagner do Rosário fez importantes observações críticas quanto à categorização e à nomenclatura utilizada nos agrupamentos de risco, especialmente em relação ao ESG. Segundo o conselheiro, a agregação de temas tão diversos como meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa sob a sigla “ESG” pode gerar uma leitura imprecisa sobre o apetite a risco da companhia, sobretudo se classificado como “alto”. Destacou que, ao se declarar apetite alto para ESG, cria-se uma impressão equivocada de que a empresa está disposta a correr riscos significativos inclusive em governança – o que, segundo ele, é contraditório com as boas práticas e com a própria natureza da área. Para mitigar essa incongruência, sugeriu que a governança corporativa fosse retirada da sigla ESG e tratada como um item separado – como já havia sido feito de fato na matriz apresentada – e que o agrupamento fosse renomeado para “aspectos ambientais e sociais”. Além disso, alertou para o risco de a empresa declarar como estratégico um tema para o qual não adota nenhuma medida concreta, sugerindo que, nesses casos, seria mais coerente não tratá-lo como estratégico.

Denis acolheu as observações, esclareceu que o ESG foi desmembrado em subitens – inclusive com “governança corporativa” já tratado à parte com apetite a risco “muito baixo” – e reforçou que a categorização ampla visava facilitar o diálogo entre colegiados, mas que o detalhamento era feito internamente de forma separada. Concordou com a pertinência dos comentários e comprometeu-se a internalizar as sugestões, levando-as para revisão futura da matriz e da declaração de apetite.

Na sequência, foram exibidas as classificações dos riscos por tipologia (financeiros, regulatórios e operacionais) e indicados quais seriam objeto de abordagem estratégica pela área de riscos e pelos colegiados. A conselheira Luzia Sarno questionou a distinção entre os temas “Recursos Humanos” e “Pessoas”, ao que Denis esclareceu que o primeiro refere-se a atividades operacionais – como folha de pagamento e cumprimento de obrigações legais – enquanto o segundo refere-se à gestão estratégica de talentos, capacitação e conhecimento. Ainda nesse ponto, a conselheira manifestou estranhamento em relação à terminologia utilizada e sugeriu reformulação da nomenclatura para maior clareza.

Outros pontos destacados pelos conselheiros incluíram o fato de que alguns temas declarados como estratégicos, como ESG, não contam com ações concretas ou planos em desenvolvimento, o que comprometeria sua efetividade como risco estratégico. O Conselheiro José Hott corroborou a crítica ao uso político de temas descolados da realidade operacional. A Sra. Priscilla Parada esclareceu que, no modelo apresentado em PDF, a animação dos slides não permitiu a visualização adequada de todos os tópicos que migravam para a coluna “abordagem estratégica”, o que poderia ter gerado confusão.

A conselheira Luzia também chamou atenção para o risco de obsolescência tecnológica e de modelo de negócio, questionando se esse risco estava devidamente contemplado. Denis confirmou que os riscos relacionados à sustentabilidade do negócio e à inovação estão abrangidos nos itens “Tecnologia”, “Inovação” e “Negócio”, que contemplam desde a atualização tecnológica até a perenidade da empresa no contexto de prestação de serviços públicos.

Foi então apresentada a metodologia de avaliação de riscos, com base em matriz 5x5 de impacto e probabilidade, com critérios para impactos financeiros, legais, operacionais e de imagem. A classificação dos riscos adota uma lógica conservadora, em que o maior impacto prevalece sobre os demais na definição da criticidade, o que orienta a intensidade das medidas de mitigação e monitoramento a serem adotadas.

Ao final da exposição, Denis apresentou os avanços institucionais recentes, com destaque para a publicação das políticas de Gestão de Riscos, Compliance e Anticorrupção, construídas como instrumentos normativos estruturantes. Tais políticas formalizam a metodologia, os papéis e responsabilidades das áreas envolvidas e os princípios fundamentais do Programa de Integridade da Prodesp. Wagner do Rosário acrescentou que as políticas abordam, inclusive, situações práticas de conflito de interesses e regras de conduta em linha com padrões exigidos pela legislação e por boas práticas de governança.

Em conclusão, foi reiterado que a evolução da maturidade da gestão de riscos e integridade da Prodesp passa necessariamente pelo fortalecimento da cultura organizacional, com engajamento de todas as áreas da empresa. A área técnica comprometeu-se a incorporar os apontamentos dos conselheiros nas próximas revisões e a manter o Conselho Fiscal informado sobre os desdobramentos.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento sobre a Declaração de Apetite a Riscos Prodesp Qualitativa e sobre os Riscos Estratégicos da Prodesp e solicitou que:

- a) a equipe de Riscos revise a categorização do item ESG, propondo sua reformulação com base nos apontamentos dos conselheiros;

- b) a nomenclatura de “Recursos Humanos” seja reavaliada para evitar interpretações ambíguas;

**Item 5 - Ciência das Políticas Internas: a) Política de Distribuição de Dividendos; b) Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes; Política de Patrocínio;**

**a) Política de Dividendos:**

Na Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, foi apresentado o conteúdo da revisão da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, conduzida por Eros Tozatti, assessor da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) e pelo Gerente de Controladoria, Sr. Gláuber Aleixo. O assessor explicou que a atualização do documento atendeu exclusivamente à exigência formal prevista na Norma Interna NP-01 da Prodesp, que determina a revisão periódica das políticas internas a cada dois anos. Nesse sentido, a política vigente havia alcançado seu prazo limite de validade, sendo necessária sua renovação antes da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, marcada para o dia 23 de abril de 2025.

Durante a exposição, o Assessor esclareceu que não houve qualquer alteração substancial nas diretrizes ou nos critérios de distribuição de dividendos. A única modificação realizada consistiu na inclusão de um trecho conceitual com a definição do que são dividendos, sem que isso implicasse mudanças nas regras de distribuição, nas porcentagens previstas ou no fluxo de aprovações. Ele destacou que as diretrizes permanecem inalteradas: a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido é mantida, e a possibilidade de distribuição de até 75% adicionais está condicionada à aprovação da Assembleia Geral. Também se mantém a priorização do uso de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) como mecanismo preferencial de distribuição, em razão de sua eficiência fiscal, além da previsão de antecipação de dividendos, desde que previamente aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.

O assessor destacou ainda que a revisão do documento passou pela avaliação das áreas Jurídica, de Governança e de Compliance, que atestaram sua conformidade legal, estatutária e normativa. A atualização foi submetida ao Conselho de Administração e integrada ao conjunto de documentos exigidos pelo CODEC para a deliberação na próxima AGO, que tratará da aprovação das contas do exercício de 2024.

A Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a exposição e declarou formalmente que o Conselho Fiscal tomou ciência da versão atualizada da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, conforme as exigências normativas e estatutárias vigentes.

**b) Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes; Política de Patrocínio.**

A Sra. Luciana Melo, gerente de Comunicação da Prodesp, apresentou aos conselheiros duas políticas internas recentemente estruturadas e/ou atualizadas: a Política de Patrocínio e a Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes.

A apresentação teve início pela Política de Patrocínio, que se trata de um instrumento normativo inédito na companhia. Conforme exposto, essa política foi elaborada com o objetivo de conferir maior segurança institucional e respaldo técnico e jurídico às iniciativas da empresa nessa frente, em especial quando os patrocínios estiverem alinhados a objetivos estratégicos e comerciais da Prodesp. A política estabelece que toda e qualquer proposta de patrocínio deverá ser previamente analisada pelas áreas de Compliance, Jurídico e Comunicação, sendo imprescindível a aprovação da Diretoria.

Entre os critérios definidos, destacam-se as contrapartidas exigidas dos eventos patrocinados, tais como: infraestrutura adequada, autorização para uso da marca Prodesp vinculada ao evento, e espaço institucional para a participação de porta-vozes. A seleção dos eventos patrocináveis será conduzida pela Comunicação, com base em um plano anual de eventos, o qual será previamente aprovado pela Diretoria, respeitando os limites orçamentários da empresa. Cada evento será, ainda, reavaliado individualmente no momento de sua realização.

No que tange ao limite financeiro, a política determina que os recursos destinados aos patrocínios não devem ultrapassar 0,5% da receita operacional bruta da companhia no exercício anterior. Há, contudo, previsão de ampliação desse limite até 2%, desde que haja justificativa fundamentada, deliberação da Diretoria Executiva, e aprovação do Comitê e do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016. A política estabelece responsabilidades claras entre as áreas envolvidas, com a Comunicação liderando o planejamento e articulação dos eventos, enquanto as áreas de Compliance e Jurídico asseguram a legalidade e integridade das ações.

Na sequência, foi apresentada a Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes, que passou por uma atualização significativa, tendo em vista que sua versão anterior datava de 2018 e não contemplava legislações importantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018) e o Decreto Estadual nº 68.155/2023. A nova versão amplia os canais formais de comunicação institucional, incluindo intranet, internet, site corporativo, imprensa, Diário Oficial e canais internos de transparência e ouvidoria, reforçando o compromisso da empresa com a publicidade dos atos e a comunicação clara com seus públicos de interesse.

Dentre as inovações, destaca-se a definição de que todos os porta-vozes da Prodesp deverão ser previamente capacitados, garantindo uniformidade na comunicação institucional. Além disso, qualquer participação em eventos, entrevistas ou representações públicas deverá ser previamente autorizada e alinhada com a Comunicação e com a Diretoria Executiva. O item 8.7

da política específica que a participação institucional de empregados públicos exige esse alinhamento, justamente para evitar inconsistências ou interpretações equivocadas em nome da empresa.

O conselheiro Wagner do Rosário parabenizou a iniciativa, mas recomendou atenção especial à redação da política, para que fique evidente que essas restrições se aplicam apenas às situações em que o colaborador estiver atuando na condição de representante da Prodesp. Ele alertou para o risco de interpretações equivocadas, especialmente por parte de entidades sindicais ou da sociedade civil, sugerindo que se evite qualquer percepção de censura à manifestação individual de empregados em caráter pessoal.

Ainda sobre o tema, a conselheira Luzia Sarno observou a ausência de menções explícitas às redes sociais, pontuando a necessidade de diretrizes claras para os comportamentos esperados nesse ambiente, dada a sua relevância crescente e o risco de exposição institucional. A gerente de Comunicação esclareceu que está em elaboração um manual de boas práticas de comunicação, que abordará detalhadamente o uso das redes sociais, inclusive regras para compartilhamentos, manifestações públicas, e interações entre contas pessoais e institucionais. O conselheiro Wagner colocou-se à disposição para colaborar com a revisão desse material, com base em sua experiência prévia no setor público federal, destacando os desafios jurídicos e reputacionais já enfrentados nesse campo.

A gerente Luciana Melo agradeceu as contribuições e reforçou que os aprimoramentos propostos pelos conselheiros serão incorporados nas próximas revisões das políticas e no manual complementar em elaboração.

#### **Item 6 – Ciência sobre a atualização do Código de Conduta e de Integridade (atendimento ao item 8.1 do planejamento anual do CF)**

O Sr. Denis Paciani, Gerente de Riscos, Controles e Integridade, apresentou as alterações recentemente implementadas no Código de Conduta e de Integridade da Prodesp.

Segundo o Gerente, a atualização promovida teve como principais objetivos: a adequação do conteúdo às versões atuais da missão, visão e valores da companhia; a inclusão de um parágrafo orientativo sobre a postura dos agentes da organização em redes sociais, com vistas a mitigar riscos reputacionais diante do potencial de amplificação de mensagens nesses meios e o alinhamento do texto à Política de Anticorrupção da empresa.

Esclareceu, ainda, que atendendo a uma solicitação do Conselho de Administração, foram suprimidas as referências específicas ao Poupatempo no corpo do Código, de modo a evitar distinções entre os programas conduzidos pela companhia. Reforçou que, por ser o Poupatempo

um programa institucional da Prodesp, esse deve seguir os mesmos instrumentos normativos da empresa, inclusive, o Código de Conduta e de Integridade, não sendo necessário tratá-lo de forma isolada.

Na sequência, o Conselheiro Wagner do Rosário informou aos presentes que, na última sexta-feira, foi publicado pelo Governo do Estado de São Paulo um novo decreto regulamentando situações de conflito de interesses, bem como diretrizes para o recebimento de brindes, hospitalidades e participação em eventos por agentes públicos estaduais. Sugeriu que a Prodesp considerasse esse novo normativo em suas futuras atualizações, especialmente no que se refere à compatibilização entre regulamentos internos mais restritivos e as permissões estabelecidas pelo novo decreto estadual.

Denis informou que a equipe técnica já iniciou a análise comparativa entre os dispositivos do novo decreto estadual e as regras internas vigentes da companhia. Ressaltou que, até o momento, a Prodesp adota postura conservadora frente ao recebimento de hospitalidades, tratando-as como não permitidas mesmo quando relacionadas a eventos institucionais ou de interesse estratégico. Destacou que, com a nova diretriz estadual, passa a ser admitida a possibilidade de participação em eventos patrocinados por empresas privadas, desde que previamente aprovada pela autoridade máxima da empresa e em conformidade com os objetivos institucionais. A partir dessa mudança, o Código de Conduta da Prodesp será revisado para avaliar se ajustes serão necessários.

A Superintendente, Sra. Priscilla Parada, reforçou que, caso a companhia opte por manter um padrão mais rigoroso que o definido pelo decreto, as normas internas poderão permanecer inalteradas. No entanto, se houver o entendimento de que a flexibilização é oportuna e aderente ao perfil de risco da organização, os regramentos deverão ser atualizados para refletir os novos critérios.

O Conselheiro Wagner ainda comentou sobre a diferença entre os limites financeiros para o recebimento de brindes previstos no decreto estadual (1% do teto remuneratório da administração pública, o que corresponde a cerca de ██████████) e os adotados pela Prodesp (30% do salário mínimo, cerca de ██████████). Sugeriu que, nesse caso, a empresa avalie a conveniência de padronizar seus parâmetros em conformidade com o decreto, observando, contudo, que a política interna pode ser mantida com diretrizes mais restritivas, se for o caso.

Denis concluiu informando que a área de Riscos e Integridade já está conduzindo as providências internas para adequação ao novo decreto, assegurando que as decisões institucionais estejam compatíveis com o apetite a risco da empresa. Reiterou que o Código de Conduta continuará sendo revisado periodicamente para assegurar sua aderência aos padrões legais e às boas práticas de integridade.

O Conselho Fiscal tomou ciência sobre a atualização do Código de Conduta e de Integridade e solicitou que:

- a) A área de Riscos e Integridade dê continuidade à revisão do Código de Conduta, considerando o novo decreto estadual sobre conflitos de interesse e hospitalidades;
- b) Seja avaliada a necessidade de atualização do limite financeiro para brindes, com base na nova regulamentação estadual;

**Item 7 – Ciência da divulgação de informações obrigatórias, entre outras, das conclusões da análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo. Ciência da aferição das Metas Corporativas do Programa de Participação dos Resultados - PPR 2024, (em atendimento ao Item 7.1 do Planejamento Anual do CF).**

A Sra. Priscilla Parada, Superintendente, apresentou ao Conselho Fiscal o relatório conclusivo referente ao desempenho da companhia no cumprimento das metas corporativas estabelecidas para o exercício de 2024, no âmbito do Programa de Participação nos Resultados (PPR). A exposição seguiu os parâmetros estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 59.598/2013 e atendeu também às diretrizes da Lei Federal nº 13.303/2016, no que se refere à avaliação da estratégia da empresa pública.

A Superintendente explicou que, conforme exigido pelo Decreto Estadual, todas as apurações das metas passaram por verificação e validação da Auditoria Interna da Prodesp, assegurando, assim, a integridade dos dados apresentados ao Conselho. Informou que, ao longo de 2024, foram estabelecidas dezesseis metas corporativas, das quais dez foram integralmente atingidas (100%), três atingidas parcialmente (com pagamento proporcional), totalizando 19,53%, e outras três metas não foram alcançadas.

As metas não atingidas foram detalhadas na sequência da apresentação. A primeira delas referiu-se à meta de fortalecimento da marca Prodesp, especificamente ao faturamento com clientes classificados no Tier 3. O valor obtido ficou abaixo do esperado, o que impediu o atingimento da meta. A segunda meta não alcançada estava vinculada à linha estratégica de prover soluções baseadas em dados. A meta previa a geração de [REDACTED] em vendas associadas a essas soluções, com foco na disponibilização de APIs. O valor final auditado, no entanto, foi de [REDACTED], abaixo do mínimo proporcional estabelecido, que era de [REDACTED] milhões. A Sra. Priscilla explicou que houve desafios na estruturação e monetização desses produtos ao longo do exercício, ainda que a estratégia permaneça prioritária no plano de longo prazo da empresa. Ambas as metas estão sendo revisadas e ajustadas para continuidade em 2025.

A terceira meta não atingida foi a de descentralização de contratos com fornecedores de insumo produtivo. Embora o percentual final obtido tenha sido de 23,3%, o atingimento proporcional exigia um mínimo de 23,82%. Apesar dos esforços realizados ao longo do ano, incluindo diversas licitações voltadas à formação de contratos espelho, um grande contrato firmado no final do exercício, por se tratar de tecnologia específica e de fornecedor único, comprometeu o índice global. Para o exercício de 2025, a meta será reformulada para considerar apenas os contratos passíveis de descentralização, refinando, assim, o indicador e alinhando-o ao objetivo estratégico de mitigação de riscos operacionais.

Concluída a apresentação, a Sra. Priscilla colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas específicas dos conselheiros sobre quaisquer metas. Não havendo manifestações adicionais, a Presidente do Conselho Fiscal registrou que o Conselho tomou ciência da divulgação de informações obrigatórias, entre outras, das conclusões da análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo. Ciência da aferição das Metas Corporativas do Programa de Participação dos Resultados - PPR 2024 e agradeceu pela exposição.

**Item 8 - Certificar-se da divulgação obrigatória no site da Companhia, entre outras: da carta anual da administração, da carta anual de governança corporativa, da política de divulgação de informações e do relatório integrado ou de sustentabilidade (em atendimento ao Item 7.2 do Planejamento Anual do CF).**

Na sequência da pauta, a Sra. Paula Candido, representante do Escritório de Governança, apresentou aos conselheiros do Conselho Fiscal a verificação formal do cumprimento da obrigação de divulgação, no site da Companhia, de documentos institucionais relevantes, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e das melhores práticas de governança pública.

A Sra. Paula informou que foram devidamente publicadas no portal institucional da Prodesp, na seção de Governança, as versões atualizadas e válidas dos seguintes documentos: Carta Anual da Administração; Carta Anual de Governança Corporativa; Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes; Relatório Integrado / Relatório de Sustentabilidade.

Para fins de registro e transparência, foi exibida uma apresentação contendo os respectivos links diretos de acesso aos documentos no site oficial da Prodesp, confirmando a disponibilização pública de tais informações. A apresentação teve como objetivo assegurar o cumprimento das exigências legais e normativas referentes à divulgação ativa de informações, conforme previsto nos marcos legais aplicáveis, especialmente a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 62.349/2016. Não houve manifestações ou questionamentos adicionais por parte dos conselheiros quanto ao conteúdo ou à forma da publicação.

**Item 9 - Ciência da situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado – TCESP - 1º trimestre (em atendimento ao Item 5.8 e 10.1 do Planejamento Anual do CF).**

A Sra. Mariana, gerente jurídica da Prodesp, deu início à apresentação do item, acompanhada dos coordenadores da área jurídica: Kelysta Ferreira (Coordenadoria Jurídica - Contencioso Geral), Stéphanie Rise (Coordenadoria Jurídica - Consultivo), Juliana Pasquini (Coordenadoria Jurídica - Trabalhista) e do Assessor e *legal officer* Hugo Lourenço, responsável pela condução técnica da exposição. A apresentação, conforme indicado, manteve o padrão executivo adotado nas reuniões anteriores com o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), com foco nos principais indicadores e temas jurídicos estratégicos da Companhia, limitando-se exclusivamente à Prodesp (excluindo, portanto, os dados do Poupatempo, por não impactarem diretamente o balanço contábil da empresa).

Inicialmente, foram apresentados os dados de contingências passivas, segmentados em remotas, possíveis e prováveis. Comparando-se o 1º trimestre de 2025 ao 4º trimestre de 2024, observou-se uma variação mínima dos valores, atribuída em sua maioria à atualização monetária das ações em curso. Na sequência, detalhou-se o quadro das contingências trabalhistas, nas quais também se verificou um aumento marginal, igualmente explicado por correções monetárias periódicas. Foi enfatizado que não houve alterações materiais que demandassem atenção adicional do Conselho.

No tocante às contingências ativas, os dados demonstraram estabilidade no volume de ações e nos valores em disputa, com variação pouco expressiva entre os trimestres analisados.

Em relação aos créditos recebidos e despesas mitigadas, destacou-se um crescimento expressivo no volume de despesas mitigadas, que atingiram o montante de [REDACTED] – considerado atípico para o período. Já os créditos recebidos mantiveram-se dentro da média histórica, com valores entre [REDACTED] e [REDACTED]. A equipe jurídica informou que há esforços intensificados na formalização de acordos judiciais e extrajudiciais, com perspectiva de melhora nos números do trimestre seguinte, já que acordos significativos foram firmados recentemente.

Sobre os inquéritos em andamento, relatou-se que a Prodesp figura hoje como investigada em 38 procedimentos, número que se manteve estável em relação ao final do exercício anterior. No primeiro trimestre de 2025, foram iniciadas novas investigações, em sua maioria relacionadas ao Poupatempo e a chamamentos públicos vinculados ao programa. A empresa tem colaborado com os órgãos de controle na prestação das informações solicitadas.

Foram apresentados também os valores efetivamente pagos em ações trabalhistas, com uma queda expressiva no comparativo trimestral. Foram desembolsados aproximadamente [REDACTED] pela Prodesp no primeiro trimestre de 2025, além de [REDACTED] pagos em nome do Poupatempo. Os valores pagos anteriormente ([REDACTED] no trimestre anterior) referem-se a garantias em execuções provisórias, e não a decisões definitivas.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT), houve apenas um novo procedimento instaurado no período, mantendo-se o total de oito processos administrativos ativos envolvendo a Prodesp. Tais procedimentos referem-se, em geral, à reorganização da área comercial e demissões por justa causa. Em relação ao Poupatempo, há sete procedimentos ativos, concentrados em questões estruturais como climatização e instalações. A equipe jurídica destacou que a taxa de arquivamentos tem sido alta, muitas vezes com solução já na primeira manifestação.

Quanto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), foram reportados seis julgamentos regulares no primeiro trimestre de 2025, sem nenhum julgamento irregular. Foram destacados dois casos emblemáticos: um referente a contrato com o Banco do Brasil, no qual foram afastados apontamentos relativos à composição de preços e incidência indevida de encargos; e outro sobre contrato com a empresa Golden, também julgado regular após afastamento de questionamentos relativos a prorrogação contratual e pesquisa de preços.

Houve também uma redução no número de requisições do TCE-SP, em razão do recesso parcial do tribunal no início do ano. Ainda assim, os prazos foram mantidos e os atendimentos realizados dentro do previsto.

Por fim, foram apresentados os dados referentes à Consultoria Jurídica, que no 1º trimestre de 2025 analisou [REDACTED] bilhões em documentos contratuais e licitatórios, um crescimento expressivo frente aos [REDACTED] bilhão analisados no 4º trimestre de 2024. Tal aumento foi atribuído à conclusão de acordos operacionais relevantes, especialmente vinculados ao Poupatempo.

O Conselho Fiscal registrou a ciência do Conselho Fiscal quanto à estabilidade e à regularidade dos processos judiciais e administrativos da Prodesp, conforme apresentado.

#### **Item 10 - Ciência sobre o Ofício Circular CPS nº Ofício Circular CODEC n.º 001/2025 - negociações coletivas (em atendimento ao Item 12.3 do Planejamento Anual do CF)**

Foi comunicado ao Conselho Fiscal o recebimento, pela Gerência de Recursos Humanos da Companhia, do Ofício Circular CPS n.º 001/2025, emitido pelo Comitê de Política Salarial (CPS) vinculado ao CODEC, com diretrizes atualizadas sobre a condução de negociações coletivas nas empresas controladas pelo Governo do Estado de São Paulo.

A orientação constante no documento tem caráter normativo e visa padronizar os entendimentos e procedimentos relacionados às tratativas com entidades sindicais. A equipe de Recursos Humanos está atualmente internalizando as diretrizes recebidas, avaliando a necessidade de ajustes nos processos internos para garantir sua adequada implementação, conforme os parâmetros estabelecidos pelo referido ofício.

Foi registrado que, caso sejam necessárias medidas adicionais ou haja desdobramentos relevantes nas negociações coletivas em andamento, o tema será novamente pautado para análise do Conselho Fiscal, conforme previsto no Plano de Trabalho anual deste colegiado.

Por ora, tratou-se apenas da ciência formal do recebimento do ofício. Não houve manifestações adicionais por parte dos conselheiros presentes. Ficou acordado que, caso surjam dúvidas ou recomendações específicas a serem encaminhadas ao RH, as mesmas serão reunidas previamente para serem tratadas oportunamente em reunião futura.

**Item 11 - Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)**

Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência sobre a publicação do edital da convocação da Assembleia Geral, que ocorrerá no dia 23/04/2025 e seus respectivos itens.

**Item 12 - Outros assuntos de interesse social - Follow up CEGV-CF - Documentos Pasta Base de Conhecimento: Certidões Negativas; Contingências, Documentos Fiscais, Informativos B- IT, ZOOM, Caderno de Prestação de Contas – Janeiro e Fevereiro 2025, Planilha Livre Provimento – Janeiro e Fevereiro 2025.**

Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência quanto ao e-mail enviado em 14/04/2025 sobre a nova disponibilização do Curso Cybersegurança para Conselheiros e Diretores, em plataforma própria.

Também tomaram ciência da Planilha de Acompanhamento das Solicitações do Conselho Fiscal (Follow Up) e informou que para a próxima reunião será disponibilizado o link para a Planilha, no Portal Atlas Governance, para facilitar o acompanhamento e a interação.

Ainda, foi dada ciência da disponibilização dos documentos Certidões Negativas; Contingências, Documentos Fiscais, Informativos B- IT, ZOOM, Caderno de Prestação de Contas – Janeiro e Fevereiro 2025, Planilha Livre Provimento – Janeiro e Fevereiro 2025, na Pasta Base de Conhecimento, no portal Atlas Governance.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Secretária, lavrei a presente ata que após encaminhada, lida e achada conforme, será aprovada e assinada em

momento posterior, dada a realização da reunião híbrida, com o que concordaram todos os Membros presentes.



*Tarcila Peres Santos*

**TARCILA PERES SANTOS**

Presidente do Conselho Fiscal



*Maurício Barutti De Oliveira*

**MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA**

Membro do Conselho Fiscal



*Luzia Valeria Sarno*

**LUZIA SARNO**

Membro do Conselho Fiscal



*Paula De Freitas Candido*

**PAULA DE FREITAS CANDIDO**

Coordenadora de Escritório de Governança



*José Lopes Hott Junior*

**JOSÉ LOPES HOTT JUNIOR**

Membro do Conselho Fiscal



*Wagner De Campos Rosário*

**WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

Membro do Conselho Fiscal

### Ata Reunião Ord CF 15042025 (1).docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: BAFE6-4AB44-F9455

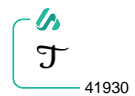


Solicitação de assinatura iniciada por: Paula d. F. C. em 20/05/2025

## Assinaturas



Tarcila Peres Santos  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 20 de maio de 2025, 17:35:29 | [Redacted] | [Redacted]  
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.0.95), iOS |  
Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-2729



Mauricio Barutti de Oliveira  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 20 de maio de 2025, 18:53:08 | [Redacted] | [Redacted]  
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 136.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7685



José Lopes Hott Junior  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de maio de 2025, 04:09:48 | [Redacted] | [Redacted]  
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 135.0.0.0, Mac  
10.15.7 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-7949



Luzia Valeria Sarno  
Assinou Eletronicamente

  
*Luzia Valeria Sarno*  
41940

  
*LS*  
41940

Assinou em: 22 de maio de 2025, 09:57:44 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 136.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0574

---



Paula de Freitas Candido  
Assinou Eletronicamente

  
*Paula De Freitas Candido*  
39358

  
*PC*  
39358

Assinou em: 26 de maio de 2025, 16:43:06 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 136.0.0.0,  
Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-1027

---



Wagner de Campos Rosário  
Assinou Eletronicamente

  
*Wagner De Campos Rosário*  
41934

  
*WR*  
41934

Assinou em: 28 de maio de 2025, 11:19:15 | [REDACTED]  
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Safari 16.3, Mac 10.15.7 |  
Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-0480